

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Tesouro descarta redução de meta fiscal, mesmo com extras do petróleo	2
Título: País foi convidado a entrar na Opep, diz Bolsonaro	4
Título: Curta.....	5
Título: Anúncio de investigação sobre vazamento aguarda volta de Bolsonaro, diz Mourão..	6
Título: Petrobras solicita à Odebrecht troca no comando da Braskem	7
Título: Prós e contras da cessão onerosa dividem petroleiras	9
Título: Gerdau diz que terá em 2020 maior exportação	11
Título: Ministério volta atrás e libera pesca de camarão	12
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	15
Título: Ministério volta atrás e libera a pesca de lagosta e camarão no Nordeste.....	15
Título: Mourão fala em derrame para deixar navio estável	16
Título: Cientistas identificam mancha no mar e atribuem a óleo; governo nega.....	17
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	18
Título: Ao menos duas empresas desistem de participar de megaleilão do pré-sal.....	18
Título: Indústria do petróleo do Brasil vive grande ano apesar de vazamento, diz presidente da Petrobras	20
Título: Em SP, 40% do mercado de etanol é irregular, diz empresa	21
Título: Sul da Bahia se torna principal destino do óleo.....	23
Título: Mourão diz que navio legal que ejetou combustível é provável culpado por óleo.....	24
Título: Conexão	25
VEÍCULO: O Globo.....	26
Título: Arábia Saudita convida Brasil para a Opep	26
Título: Combate ao vazamento de óleo no Nordeste expõe sucessão de falhas	28

Título: Marinha nega mapeamentos de óleo feitos por universidades	29
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	31
Título: Investigação agora abrange dez navios	31
Título: Pré-sal não está descartado	32

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 31/10/2019

Seção: Brasil

Autor: Edna Simão e Mariana Ribeiro — De Brasília

Título: Tesouro descarta redução de meta fiscal, mesmo com extras do petróleo

Mesmo que o governo tenha receita extra com o leilão da cessão onerosa, o secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida, não vê necessidade de reduzir a meta de resultado primário do governo central para o ano que vem, que é de um déficit de R\$ 124,1 bilhões. Mas admite a discussão para 2021 e 2022.

“Quando a gente tiver mais certeza, ao longo do ano, como será o comportamento da arrecadação frente a recuperação da economia, eventualmente poderemos ser mais ousados na meta de 2021. A gente pode mudar a meta de 2021 e 2022”, disse.

Segundo ele, o momento adequado para retomar a discussão da trajetória das metas de 2021 e 2022 deve ser em abril, quando será encaminhado ao Congresso Nacional a proposta de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2021. “Precisamos observar o movimento de recuperação da economia e o seu impacto na arrecadação.”

“Não precisa [mudar a meta de 2020]. Se a gente não tivesse o teto dos gastos, eu seria totalmente favorável a mudar. Mas o teto já trava a despesa. Toda a receita adicional terá que ser transformada em resultado primário melhor.”

Mansueto afirmou que, eventualmente, o país pode interromper o período de déficits primários em 2022, apesar de as estimativas apresentadas pela equipe

econômica apontarem um resultado negativo de R\$ 31,4 bilhões. Em 2020, o país registrará o sétimo ano seguido de déficit primário nas contas públicas.

Ontem, o Tesouro Nacional divulgou que o governo central registrou um déficit primário de R\$ 20,372 bilhões em setembro. No acumulado de janeiro a setembro, esse resultado negativo somou R\$ 72,469 bilhões. Tanto o desempenho no mês quanto o acumulado do ano são os melhores apurados desde 2015.

A expectativa é a de que os resultados do governo central e do setor público consolidado sejam melhores que a meta de déficit de R\$ 139 bilhões e R\$ 132 bilhões, respectivamente.

Isso é possível porque as projeções são conservadoras para o ingresso de recursos do leilão do excedente da cessão onerosa. O certame está marcado para 6 de novembro e o edital estabelece que, se houver ágio de ao menos 5% do óleo-lucro, a empresa poderá parcelar o pagamento do bônus de assinatura. Se isso se confirmar, o governo só receberá parte dos recursos em 2020.

Também influenciará o resultado primário deste ano o fato de que o orçamento que foi bloqueado para capitalização de empresas (R\$ 10 bilhões) não deverá ser gasto. E, se for, será num patamar bastante baixo.

Mansueto admitiu, no entanto, que em novembro novo desbloqueio de Orçamento poderá ser feito. “Estamos chegando muito perto do teto de gastos. Parte grande do que está contingenciado é capitalização de estatal e isso não vai ocorrer. Então, necessariamente, qualquer ganho extra de arrecadação vai melhorar o primário”, afirmou. “O que tem contingenciado que não é capitalização é muito pouco, deve ser algo entre R\$ 4 bilhões e R\$ 5 bilhões.”

Mas o resultado primário também tem sido ajudado com a combinação de um cenário de inflação benigno, elevada capacidade ociosa, maior liquidez mundial e redução dos juros no mundo, o que tem permitido a queda das taxas Selic. Com isso, a trajetória da dívida bruta do governo geral e da dívida líquida em relação ao PIB para o período de 2019 a 2028 também mudou. Dessa forma, ficou menor o ajuste fiscal necessário para colocar o endividamento do país em tendência de queda.

Estimativas divulgadas ontem pelo Tesouro Nacional mostram que a dívida bruta geral do governo teria uma redução de 80,8% do PIB em 2019 para 73,5% em 2028. No caso da dívida líquida, sairia de 57,6% em 2019 e 61,5% do PIB em 2028.

Segundo Mansueto, a projeção da dívida considera o cumprimento do teto de gasto assim como o impacto da redução das despesas com a aprovação da

reforma da Previdência. Por outro lado, não considera o resultado de possíveis privatizações assim como a possibilidade de o Banco Nacional de Desenvolvimento e Social (BNDES) fazer um pagamento adicional de R\$ 30 bilhões (0,4% do PIB) ainda neste ano. “Estamos com um cenário de juros [curto e longo] impensável há três anos. Isso exige um primário menor para colocar a dívida em trajetória de queda”, ressaltou.

Mesmo com esse cenário mais benigno da dívida, o secretário reforçou a necessidade de um ajuste primário cortando as despesas de forma gradual.

A equipe econômica vai apresentar na próxima terça-feira um pacote de medidas pós-aprovação da reforma da Previdência para conter o crescimento dos gastos. A aprovação das medidas pelo Congresso deve ficar para 2020. Mas isso, segundo ele, não deve atrapalhar a retomada do crescimento econômico. “Se atrasar dois, quatro, cinco meses, não atrapalha o crescimento de curto prazo”, explicou. “Recuperação de curto prazo está mais ou menos dada.”

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 31/10/2019

Seção: Brasil

Autor:

Título: País foi convidado a entrar na Opep, diz Bolsonaro

Presidente afirma que vai conversar com equipe econômica e Ministério de Minas e Energia antes tomar a decisão

A Arábia Saudita convidou informalmente o Brasil para se juntar à Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep), disse o presidente Jair Bolsonaro - um sinal da crescente importância do país como produtor e do desafio que se impõe à influência do cartel nos mercados de petróleo.

Segundo Bolsonaro, o convite foi feito após realizar reuniões nesta semana com autoridades sauditas, incluindo o príncipe herdeiro Mohammad bin Salman.

“É o primeiro passo para talvez implementar essa política no Brasil”, disse Bolsonaro, acrescentando que precisaria consultar a equipe econômica e o Ministério de Minas e Energia antes de concordar em participar do cartel. Ele chegou a afirmar durante painel da conferência Future Investment Initiative, em Riad (Arábia Saudita), que estava ansioso para o país aceitar o convite.

Se ingressar, o Brasil poderá se tornar o terceiro maior produtor da Opep, atrás de Arábia Saudita e Iraque. A crescente produção brasileira está complicando o

esforço do cartel em sustentar os preços do barril diante da alta da oferta dos campos de xisto dos EUA e da perda de força da demanda global.

O Brasil e o cartel, segundo Bolsonaro, poderiam formar "uma grande parceria" ajudando a estabilizar os preços globais de combustíveis fósseis.

Em 2009, o então ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, disse que o país foi convidado oficialmente para ingressar na Opep.

O Brasil produziu 2,71 milhões de barris por dia em 2018, segundo a Agência Internacional de Energia, que prevê que a produção do país chegue a 2,9 milhões neste ano e 3,22 milhões em 2020.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 31/10/2019

Seção: Brasil

Autor:

Título: Curta

Carga elétrica

A carga de energia no Sistema Interligado Nacional (SIN) subiu 2,4% em setembro, na comparação com igual período do ano passado. Os dados constam do Boletim de Carga Mensal divulgado ontem pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). A carga de 66.796 megawatts médios registrados em setembro representou ainda uma alta de 4,3% frente a agosto e um crescimento de 2% no acumulado em 12 meses até setembro. No subsistema Sudeste/Centro-Oeste, a carga de 39.424 MW médios observada em setembro representou um avanço de 3,4% ante o resultado de setembro do ano passado. Na comparação com agosto deste ano, o crescimento é de 6,3%. Em 12 meses, a carga no sistema Sudeste/Centro-Oeste acumula alta de 2,1%. No subsistema Sul, a carga de 10.936 MW médios registrada em setembro representou um avanço de 1,2% ante setembro do ano passado e uma queda de 0,5% ante agosto. Em 12 meses, a carga no Sul acumula alta de 1,8%. No subsistema Nordeste, a carga de 10.692 MW médios observada em setembro representou um recuo de 1,4% ante setembro do ano passado e uma alta de 3,8% ante agosto. Em 12 meses, a carga no Nordeste acumula alta de 2,1%. No subsistema Norte, a carga de 5.744 MW médios observada em setembro representou uma alta de 5% ante setembro do ano passado e um crescimento de 2,3% em relação a agosto. Em 12 meses, a carga no sistema Norte registra um aumento de 1,3%.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 31/10/2019****Seção: Brasil****Autor: Matheus Schuch — De Brasília****Título: Anúncio de investigação sobre vazamento aguarda volta de Bolsonaro, diz Mourão**

Comandante da Marinha afirma que sugerir participação da Venezuela é ‘ilação perigosa e antiética’

O vice-presidente Hamilton Mourão disse ontem que o governo está perto de desvendar de quem é a responsabilidade pelo vazamento de óleo no litoral do país. A revelação do resultado das apurações, acrescentou, deve ser feita em breve pelo próprio presidente Jair Bolsonaro.

“A nossa investigação está chegando lá. Estamos aguardando o presidente chegar [para anunciar]”, afirmou Mourão, que vem exercendo interinamente a Presidência da República.

Após audiência com o comandante da Marinha, almirante Ilques Barbosa Junior, Mourão também indicou que a responsabilidade sobre o derramamento de petróleo é de um único navio. Essa embarcação seria regular e estaria navegando com sistemas de identificação ligados. “Vários ‘dark ships’ cruzaram aquela área, mas não estavam carregando óleo”, explicou, em referência a embarcações fantasmas, que navegam com rastreadores desligados.

O comandante da Marinha confirmou que, nos últimos dias, a apuração se aproximou da hipótese de que um navio mercante tenha sido responsável pelo incidente, mas não quis antecipar outros detalhes. Questionado sobre a possível relação do vazamento com o governo da Venezuela, ele disse se tratar de “ilação perigosa e antiética”. O posicionamento diverge de recentes declarações de Bolsonaro e do ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles.

“Vamos ficar neste momento com a informação da origem da Venezuela, de o petróleo ser da Venezuela. Seria uma ilação perigosa, antiética, envolver o governo da Venezuela nesse tipo de atividade, mesmo que uma simples ilação. Não é correto fazer isso”, ponderou o almirante.

Embora o governo brasileiro já tenha identificado que o produto é de origem venezuelana, ainda não concluiu a investigação sobre a responsabilidade do transporte do óleo. Bolsonaro solicitou à Organização dos Estados Americanos (OEA) o envio de um ofício para que o governo de Nicolás Maduro explique de onde vem a substância.

Na semana passada, Salles afirmou, em pronunciamento em cadeia nacional de rádio e TV, que análises técnicas apontaram que o petróleo tinha origem na Venezuela. Nos últimos dias, o ministro do Meio Ambiente também insinuou participação do Greenpeace no vazamento.

O boletim mais recente da Marinha indica que já foram retiradas mais de 2 mil toneladas de resíduos de óleo do litoral nordestino. O material atingiu ao menos 268 localidades, incluindo praias, mangues e estuários.

Uma das principais preocupações da Marinha e do Ibama é que as manchas avancem para Abrolhos, na Bahia - área de maior biodiversidade do Atlântico Sul. Ao todo, serão envolvidos dez navios nesta operação.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 31/10/2019

Seção: Empresas

Autor: Stella Fontes e Graziella Valenti — De São Paulo

Título: Petrobras solicita à Odebrecht troca no comando da Braskem

Segunda maior acionista da Braskem, a Petrobras pediu formalmente à Odebrecht a troca do comando da petroquímica, apurou o **Valor**. Segundo fontes, o pedido de substituição de Fernando Musa foi apresentado há cerca de duas semanas ao presidente da Odebrecht S.A., Luciano Guidolin, e ao presidente do conselho de administração da Braskem, Roberto Simões, sob a justificativa de que a estatal não está satisfeita com a gestão de determinados assuntos, entre os quais o problema da mineração de sal-gema da companhia em Maceió (AL).

O pedido não teria sido levado em consideração pela Odebrecht, embora dentro do grupo também haja a percepção de que o tema Alagoas foi subestimado pela administração da Braskem. Além disso, num primeiro momento, o pedido não tem efeito prático, já que a Petrobras não tem o poder de decidir sobre o comando da petroquímica. Pelo acordo de acionistas firmado em fevereiro de 2010, cabe somente à Odebrecht indicar o nome a ser considerado pelo conselho de administração ao cargo de diretor presidente da empresa.

O **Valor** apurou que, ainda assim, a Petrobras pretende persistir nesse objetivo. A Odebrecht detém 50,1% do capital votante da Braskem, enquanto a petroleira

tem 47%. No capital total, o peso das duas sócias é quase equivalente: 38,3% pertence ao grupo privado e 36,1%, à estatal.

Fernando Musa está na presidência da Braskem desde 2016, vindo dos quadros da própria companhia nos Estados Unidos, onde respondia pelas operações no país e na Europa. Sob sua gestão, a Braskem alcançou resultados operacionais recordes, beneficiada também pelo momento positivo do setor. Desde o fim do ano passado, porém, a oferta adicional de eteno nos Estados Unidos e a guerra comercial entre americanos e chineses têm deixado marcas na rentabilidade da indústria em todo o mundo. Analistas que acompanham o setor revisaram para baixo as projeções para os resultados da Braskem em 2019 e 2020, diante do prolongamento do ciclo de baixa da petroquímica.

Procurada, a Petrobras não comentou o assunto. A Odebrecht, por sua vez, manifestou “sua plena confiança na administração da Braskem”.

O pedido da estatal não era de conhecimento amplo do conselho de administração da Braskem e pegou os membros do colegiado de surpresa, além de executivos da própria Odebrecht. Fontes próximas à gestão da petroquímica afirmam que não há no ar um clima de tensão que justifique a iniciativa ou que representasse um prenúncio de que algo desse tipo pudesse ocorrer.

De acordo com uma das fontes, o estopim teria sido a proposta de remuneração global dos administradores da Braskem, que trouxe aumento dos valores a serem pagos. Mas os termos da proposta foram acertados há cerca de um ano e já eram de conhecimento da própria estatal.

Em Alagoas, a Braskem se tornou alvo de ações civis públicas por causa do afundamento do solo em três bairros na capital, que foi associado à mineração de sal-gema da petroquímica pelo Serviço Geológico Brasileiro (CPRM). O episódio e a falta de perspectiva quanto à solução do problema foram decisivos para a desistência da LyondellBasell de comprar a Braskem.

A petroquímica contratou especialistas independentes para apurar as causas dos eventos geológicos em Maceió e os primeiros estudos indicaram que o laudo da CPRM contém inconsistências de metodologia. Com esses estudos, a companhia pretende ter informações precisas para propor uma solução adequada ao problema.

Na avaliação de outra fonte, o pano de fundo para o pedido da Petrobras estaria relacionado ao desejo de mudança na governança da Braskem, com vistas à

venda de sua fatia na petroquímica sem depender do futuro da Odebrecht, que está em recuperação judicial.

O **Valor** apurou que a controladora não planeja retomar, neste momento, nenhuma discussão de governança ou de migração da Braskem para o Novo Mercado. O grupo sequer teria condições de tocar tal agenda antes de aprovar um plano de recuperação judicial. Qualquer definição sobre o futuro da Braskem passa pelos bancos credores da Odebrecht.

Hoje, a petroquímica é o ativo de maior valor do grupo e o único com liquidez. O futuro da Odebrecht e o sucesso da recuperação judicial estão fortemente atrelados à Braskem. O conglomerado está negociando com bancos credores um acordo que dê as bases para o plano de recuperação e também para dívidas de R\$ 15 bilhões que estão fora do processo Judicial.

Itaú, Bradesco, Santander, BNDES e Banco do Brasil têm grande influência nas decisões sobre o futuro da empresa. Eles possuem as ações detidas pela Odebrecht na Braskem como garantia para R\$ 12,6 bilhões em dívida, incluídos aí os dividendos. No acordo em discussão, a Odebrecht solicitou quatro parcelas anuais de R\$ 250 milhões desses dividendos, que serão a principal fonte para a gestão do plano nos próximos anos.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 31/10/2019

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho e Rodrigo Polito — Do Rio

Título: Prós e contras da cessão onerosa dividem petroleiras

Enquanto a Petrobras dobra a aposta no leilão dos excedentes da cessão onerosa e assume um discurso agressivo, às vésperas da concorrência, ao menos duas das maiores petroleiras do mundo, a francesa Total e a britânica BP, declinaram da licitação, marcada para a próxima quinta-feira. A ausência de duas gigantes mostra que as áreas de alta produtividade ofertadas não garantem, por si só, o interesse das multinacionais. A rodada, que promete ser uma das maiores da história, é encarada pela indústria com misto de entusiasmo pelo potencial dos ativos e cautela pelos altos valores envolvidos. A licitação exigirá no curto prazo o desembolso de R\$ 106 bilhões só em bônus de assinatura, fora outros investimentos vultuosos.

Ao todo, 13 petroleiras estrangeiras se habilitaram inicialmente para participar da rodada. A lista inclui, além da BP e Total, outras grandes companhias do setor, como Chevron, ExxonMobil, Equinor e Shell. As asiáticas CNODC e CNOOC

(China), Petronas (Malásia), QPI (Catar) e a colombiana Ecopetrol, a portuguesa Petrogal e a alemã Wintershall Dea completam a relação. O prazo para apresentação das garantias de oferta venceu ontem.

A BP confirmou publicamente a ausência na terça-feira, durante conferência com investidores. O diretor financeiro da companhia, Brian Gilvary, disse, contudo, que mantém o interesse no Brasil e lembrou da participação ativa da empresa nos últimos leilões. No dia 10, a Total já havia manifestado que não participaria da rodada, diante da falta de oportunidades para petroleiras interessadas em assumir a operação dos ativos. A expectativa, no mercado, é que as empresas vencedoras se associem à Petrobras nos contratos e que a estatal, que já opera os ativos da cessão onerosa, permaneça na liderança dos consórcios.

Algumas companhias, no entanto, despontam como potenciais candidatas. Uma fonte da indústria relata, sob condição de anonimato, que a Exxon mobilizou o seu corpo técnico ao longo dos últimos meses para acompanhar de perto cada passo da licitação. A Wood Mackenzie destaca, por sua vez, que as estatais asiáticas estão procurando repor reservas e que também são candidatas a entrar como sócias minoritárias. O chefe de pesquisa na área de exploração e produção da consultoria na América Latina, Marcelo de Assis, também deu o seu palpite pessoal: Shell e Petrogal podem comprar Atapu, já que elas são sócias da Petrobras no campo de Oeste de Atapu, cujas reservas se conectam com o ativo que será leilado.

O leilão dos excedentes tem despertado sentimentos ambíguos. Carlos Pascual, vice-presidente sênior da IHS Markit, por exemplo, acredita que a produtividade dos campos e as mudanças regulatórias implementadas nos últimos anos fazem do pré-sal, “se não a mais atrativa, uma das ofertas mais atrativas que estão no mercado globalmente”.

A Wood Mackenzie, porém, vê um “equilíbrio complicado entre valor e volume” para as empresas interessadas. A consultoria destaca que o leilão é “superlativo” em seus números, não só pelos grandes volumes de petróleo envolvidos (de 6 bilhões a 15 bilhões de barris, segundo a ANP), mas também pelas cifras expressivas e as incertezas do negócio.

Para Assis, as barreiras de entrada são altas. A consultoria calcula que as vencedoras da licitação terão de desembolsar US\$ 67,5 bilhões nos próximos anos, entre bônus de assinatura, investimentos futuros nos campos e o pagamento da compensação financeira à Petrobras. Pelas regras da rodada, as vencedoras da licitação deverão assinar um acordo de coparticipação com a Petrobras nos campos de Búzios, Atapu, Itapu e Sépia e pagar uma

compensação à estatal pelos investimentos realizados pela companhia nas áreas.

O consultor cita as incertezas que pairam sobre essa compensação. A Wood Mackenzie pontua que o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) definiu as diretrizes para cálculo do reembolso, mas que a resolução não é prescritiva e que o valor final dependerá de uma negociação assimétrica entre as empresas e a Petrobras após a rodada. Todas essas incertezas para uma taxa de retorno de investimentos provável de “um dígito” para Sépia e Itapu. “Também há incertezas sobre o real volume de petróleo dos excedentes”, disse.

Assis acredita que o leilão terá lances conservadores. A expectativa é que poucos consórcios sejam formados por várias empresas, com fatias pequenas, de 10% a 20%, “para mitigar riscos”. A Wood Mackenzie ressalta, ainda, que a rodada será um teste real à disciplina de capital das grandes petroleiras internacionais, num momento de baixa nos preços do barril. Para o diretor de exploração e produção da Petrobras, Carlos Alberto de Oliveira, por sua vez, isso não vai interferir no megaleilão.

“Já tem cinco anos que a gente tem trabalhado nesse cenário de preços baixos de petróleo. E as companhias se reestruturaram para isso”, disse, durante a OTC, no Rio. Nesta semana, Roberto Castello Branco, presidente da Petrobras, já havia dito que “vai entrar para ganhar” Búzios e Itapu.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 31/10/2019

Seção: Empresas

Autor: Ana Paula Machado — De São Paulo

Título: Gerdau diz que terá em 2020 maior exportação

Com a reforma do alto-forno 1 na usina de Ouro Branco (MG), siderúrgica informa que terá melhora nos custos devido maior produtividade

Com a retomada da operação do alto-forno 1 da usina de Ouro Branco (MG) em setembro deste ano, o presidente da Gerdau, Gustavo Werneck espera que a unidade opere a plena carga no próximo ano. “Teremos uma performance boa em termos de custos. Vamos trabalhar com Ouro Branco cheia, no limite.”

Segundo ele, no entanto, a economia de custos será balizada pelos preços do carvão em 2020, que vem caindo nos últimos meses. “Se os valores se mantiverem em ritmo de queda seremos bem competitivos em termos de custos. O grande fator de competitividade é preço do carvão no ano que vem”, disse Werneck.

A boa performance da usina pode garantir o fornecimento de aço para o mercado externo. O executivo disse que contratos de exportação já estão fechados para até janeiro de 2020. “Temos acordos firmados para os próximos três meses. Para o período de fevereiro em diante vamos trabalhar a partir de agora.”

No mercado interno, Werneck ressaltou que a Gerdau trabalha com uma perspectiva de crescimento de rentabilidade. “Além dessa questão de custo, a demanda deve retomar o crescimento em 2020, principalmente em aços longos”, afirmou o executivo.

A retomada da demanda, segundo ele, já foi sentida no terceiro trimestre e também em outubro, principalmente na construção civil. Com isso, o executivo afirmou que a utilização da capacidade instalada no terceiro trimestre foi em torno de 70% para atender a alta nas vendas para o mercado imobiliário.

Werneck disse, ainda, que a companhia poderá realizar reajustes de preços no próximo ano com a retomada da demanda. Segundo ele, até final deste ano haverá estabilidade nos preços praticados pela companhia no país.

“Tradicionalmente, a Gerdau trabalha com prêmios de importados maiores. Com isso, abre espaço para uma recuperação de preços nos próximos meses, ou seja, no início de 2020 com a recuperação da demanda”, disse o executivo.

No terceiro trimestre, a Gerdau viu seu lucro cair 63,5% frente ao igual período de 2018, passando de R\$ 791 milhões para R\$ 289,3 milhões. No acumulado do ano, o lucro da companhia apresentou queda de 42,4%, chegando a R\$ 1,11 bilhão.

Já a receita líquida caiu 22,6% no terceiro trimestre, para R\$ 9,9 bilhões, ante R\$ 12,8 bilhões apurados no mesmo período do ano anterior. O lucro antes juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês) apresentou recuo de 31,2%, para R\$ 1,2 bilhão.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 31/10/2019

Seção: Agronegócios

Autor: Marina Falcão e Naiara Albuquerque — Do Recife e de São Paulo

Título: Ministério volta atrás e libera pesca de camarão

A proibição da pesca de camarão e lagosta em áreas afetadas pelo derramamento de petróleo no litoral do Nordeste, decretada esta semana pelo

Ministério da Agricultura, será revogada após fortes protestos do setor produtivo. O anúncio foi feito na noite de ontem pela ministra Tereza Cristina.

Segundo o presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Pescado (Abipesc), Eduardo Lobo, a proibição da pesca sacrificaria um faturamento de R\$ 300 milhões somente no mês de novembro.

Em “caráter urgentíssimo”, a Câmara Setorial da Produção de Indústria de Pescados pediu ontem à ministra da Agricultura, Tereza Cristina a revogação da proibição. “Como é que o governo proíbe a captura de pescados que já passam por rígido controle de inspeção federal que detecta hidrocarbonetos?”, diz Lobo.

A indústria pesqueira no Norte e Nordeste captura por ano 18 mil toneladas de camarão e 6 mil toneladas de lagosta, segundo a Abipesc. A cadeia produtiva do setor no Brasil (pescadores, armadores, aquicultores, industriais, atacadistas e varejistas), gera 1 milhão de empregos.

A norma do Ministério da Agricultura instituiu períodos de defesos adicionais diante do que chamou de “provável contaminação química” das áreas. Para o setor, a restrição ocorre em um dos piores momentos, já que o consumo é maior durante as festas de fim de ano e na alta temporada de verão.

Segundo a Câmara Setorial, a instrução normativa estrangula o setor produtivo da lagosta, que hoje é o principal pescado de exportação do país. O setor tem só mais 30 dias antes do início do período de defeso regular. “Antecipar tal período não apenas elimina milhares de postos de trabalho e traz indelével prejuízo à nação, como fere o erário com o pagamento de seguro àqueles que estão em plena atividade econômica”, aponta ofício da câmara.

Arimar Filho, dono da Prodemar, empresa de pesca de lagosta do Rio Grande do Norte, diz que o Brasil está fazendo um “auto-embargo”, e que a imagem do setor no cenário internacional vai ficar péssima. Ele vende para 15 países e emprega 300 pessoas diretamente. “O governo está dando antibiótico para um pé quebrado”, critica.

Embora se refira apenas a lagosta e camarão, a instrução normativa impactou todo o setor. “Já não estavam comprando nada, nem peixe. Toda a cadeia está sendo prejudicada porque criou-se um temor, um alarde desnecessário”, diz Augusto Lima, vice-presidente da colônia de pescadores de Brasília Teimosa, comunidade no Recife que conta com 1,5 mil pescadores associados.

Ex-pescador e comerciante de Brasília Teimosa, Jorge Araújo França diz que as vendas caíram 60% nos últimos 15 dias. Para driblar a retração, ele aumentou a oferta de peixes congelados que vêm do Sul do país.

Na normativa em que proibia a pesca de camarão e lagosta, o Ministério da Agricultura permitiu o pagamento de até duas parcelas extras do seguro-defeso aos pescados atingidos. O governo de Pernambuco reivindica que o ministério amplie o benefício, que no Estado contemplará apenas 400 pescadores de um universo de 10 mil pescadores.

Na Bahia, outro Estado bastante afetado pelo vazamento de petróleo, a extensão do período de defeso também foi duramente criticada pelos pescadores, que alegam não ter recebido sequer o seguro-defeso tradicional. Presidente de uma colônia de pescadores de Itapuã, em Salvador, Arivaldo Sousa Santana diz que não recebeu ainda a parcela do seguro de abril.

“Essa ajuda anunciada recentemente é complementar, já que não poderemos pescar, e muitos daqui não receberam as primeiras parcelas”, diz ele. Santana afirma que o abono acaba não chegando a grande parte dos pescadores, que não têm a carteira de pescador profissional, mas apenas o pedido protocolado do documento.

Porém, a queda nas vendas na região é o principal problema para o pescador de lagostas e polvo. “Só quem compra da gente é o pessoal antigo. Nossas vendas caíram mais de 90%”, afirma ele.

Para o presidente da Bahia Pesca, Marcelo Oliveira, o imbróglio em torno do derramamento de óleo ainda é difícil de ser dimensionado. “Parecia que os órgãos federais não conseguiam enxergar o tamanho da tragédia”. Diante dos problemas, o governo federal decidiu na quarta-feira ampliar o escopo dos beneficiários para marisqueiros e pescadores de caranguejo, que, segundo o presidente da Bahia Pesca, não estavam cadastrados em nenhuma das modalidades do seguro-defeso antes.

Segundo estimativas da Bahia Pesca, que é vinculada ao governo baiano, o Estado produz 120 mil toneladas de pescados anualmente, sendo que o consumo do Estado é de 180 mil toneladas. No caso do impacto da contaminação de óleo, Oliveira calcula que entre 40 mil e 50 mil toneladas de peixes morreram.

Em Ilhéus, no sul da Bahia, a proibição da pesca de lagostas e camarão havia sido recebida com tristeza. “Algumas navegações estavam abastecidas com gelo, prontas para irem ao mar”, conta com pesar José Leonardo Oliveira, presidente da colônia de Pontal. Mas a pesca em Ilhéus não está totalmente parada, dado que os principais peixes capturados na região (abadejo, dourado, olho de boi, cavalo, entre outros) não tiveram a pesca proibida.

“Nosso peixe está totalmente limpo, sem contaminação”, diz Oliveira. Segundo ele, os pescados não apresentam contaminação porque são retirados longe da costa da praia, entre 20 e 30 milhas”.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 31/10/2019

Seção: Metrópole

Autor: André Borges / BRASÍLIA Deborah Freire - ESPECIAL PARA O ESTADO MACEIÓ

Título: Ministério volta atrás e libera a pesca de lagosta e camarão no Nordeste

Ambiente. Ministra Tereza Cristina cancelou instrução que antecipava para dia 1º o período de defeso (proteção); sem apresentar estudos técnicos, ela alegou que existem dados para indicar que não há contaminação pelo óleo. Pagamento a pescador é mantido

O Ministério da Agricultura recuou e liberou a pesca de camarão e lagosta no Nordeste a partir de 1.º de novembro, um dia após anunciar o veto à atividade. O motivo da proibição era o vazamento de óleo no litoral, que já foi identificado em 283 pontos em nove Estados, segundo o Ibama, órgão do Ministério do Meio Ambiente. O governo federal não apresentou os estudos técnicos que motivaram a nova decisão. Cientistas têm alertado para riscos de contaminação em peixes e frutos do mar e um estudo da Universidade Federal da Bahia (UFBA) já apontou resquícios do poluentes nesses animais.

Em nota, a ministra Tereza Cristina informou que a instrução normativa publicada esta semana, que antecipava para 1.º de novembro o período de defeso de camarão e lagosta, será cancelada. “O Ministério fez isso pelo princípio da precaução. Como nós não sabíamos como era essa mancha, enquanto isso estava sendo analisado, suspendemos a pesca em vários Estados brasileiros onde esse petróleo chegou”, disse. “A gente já tem dados mostrando que não é necessário. A lagosta está sendo examinada, o Ministério da Agricultura está fazendo uma série de testes, não há nada que justifique acabar com a pesca agora.”

Apesar de a pesca estar liberada, o governo vai manter o pagamento de um salário mínimo para os pescadores em novembro, como já havia anunciado. Um total de 60 mil dos mais 470 mil pescadores cadastrados do Nordeste receberão auxílio. O defeso originalmente é acionado para assegurar a reprodução. A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) informou anteontem que só quando os exames laboratoriais conduzidos pelo Ministério da Agricultura tiverem resultados será possível avaliar o risco e a segurança para o consumo desses produtos.

Estudos. Pesquisa do Instituto de Biologia da UFBA, divulgada na semana passada, detectou resquícios de óleo em 38 animais marinhos de várias espécies. Os cientistas acharam metais pesados nas amostras, o que pode causar problemas de saúde em humanos. O óleo se deposita em rochas, areias e manguezais, que são onde mariscos, caranguejos, ostras e siris se alimentam. Quando esses animais filtram a água do mar, o petróleo pode entrar no sistema respiratório. Segundo especialistas, a lagosta está mais sujeita à contaminação por ter “movimento restrito”.

Já outra pesquisa divulgada essa semana, da Universidade Federal de Alagoas (Ufal), avaliou 25 peixes da espécie carapeba entre a Praia de Ipioca, em Maceió, e Paripueira, no litoral norte do Estado, e não achou vestígios do poluente. Outros exames ainda serão feitos. “Avaliamos em nível microscópico e macroscópico, mas faremos análises dos órgãos para detecção de metais e hidrocarbonetos”, diz o especialista em toxicidade em peixes Emerson Carlos Soares, da Ufal. Também não foi identificada contaminação em corais.

Outras instituições, como a estatal Bahia Pesca e a Universidade Federal do Rio Grande do Norte, também vão fazer análises similares, mas ainda não há resultados divulgados. Empresas do setor afirmam que os peixes e frutos do mar consumidos no Sudeste não são oriundos das áreas afetadas pelo óleo.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 31/10/2019

Seção: Metrópole

Autor: MATEUS VARGAS

Título: Mourão fala em derrame para deixar navio estável

O presidente em exercício, Hamilton Mourão, disse ontem que pode ser anunciado nesta semana o resultado das investigações sobre o derramamento do óleo. Segundo Mourão, o derrame teria acontecido após a retirada de óleo para aumentar a estabilidade do navio no mar. "Acho que o cara fez uma 'ejeção de porão'. Está com problema de flutuação, de balanço, e retira um pouco o óleo para aumentar a estabilidade", disse Mourão.

Para ele, agora é preciso multar o navio que derramou o óleo que atingiu as praias do Nordeste. “Existe um sistema de alerta. E qualquer navio em que ocorra um incidente desta natureza tem de avisar. A legislação vai bater em cima dele”, disse. Mais cedo, Mourão recebeu o comandante da Marinha, Ilques Barbosa, para tratar das investigações. Segundo Barbosa, há maior probabilidade de que um navio mercante que passou pela costa brasileira tenha causado o desastre ambiental.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 31/10/2019

Seção: Metrópole

Autor:

Título: Cientistas identificam mancha no mar e atribuem a óleo; governo nega

Observação foi feita por um satélite europeu; especialistas de Ufal e UFRJ veem ligação com poluente nas praias

Roberta Jansen / RIO Giovana Girardi Cientistas das Universidades Federais de Alagoas (Ufal) e do Rio (UFRJ) detectaram, de modo independente, uma gigantesca mancha no mar no litoral sul da Bahia. A observação foi feita na segunda-feira, por um satélite da Agência Espacial Europeia. Para os especialistas, seria óleo vindo do fundo do oceano, à semelhança do que vem poluindo o litoral. O pesquisador Humberto Barbosa, do Laboratório de Análise e Processamento de Imagens de Satélite (Lapis) da Ufal, informou que a mancha tem formato de meia-lua, com 55 quilômetros de extensão e 6 quilômetros de largura. José Carlos Seoane, do departamento de Geologia da UFRJ, mediu a área e apontou 200 km². O óleo estaria a 54 quilômetros da costa da Bahia, na altura dos municípios de Itamaraju e Prado.

“Tivemos um grande impacto porque, pela primeira vez, encontramos uma assinatura espacial diferenciada”, disse Barbosa. “Ela mostra que a origem do vazamento pode estar ocorrendo abaixo da superfície do mar.” Segundo o cientista, dependendo das condições meteorológicas, a mancha pode chegar ao litoral da Bahia nos próximos dias, causando ainda mais impacto ambiental. Mas, na falta de mais imagens de satélite, não dá para saber exatamente de onde a mancha está vindo ou para onde está indo, comentou Seoane. Por isso, defendem os pesquisadores, seria importante ir ao local tentar deter o avanço da mancha.

Seoane explica que vinha analisando imagens de satélite desde o início do mês e já tinha encontrado as manchas em duas outras ocasiões, mas elas já estavam chegando à praia e não havia muito o que avisar. Na semana passada, por exemplo, notou a ocorrência na praia de Janga (PE), mas, quando entrou em

contato com pesquisadores da região, soube que eles já estavam com o material na areia.

Negativa. Em nota, a Marinha negou que haja óleo no mar, próximo da costa da Bahia. “Foram feitas quatro avaliações para confirmar: consulta aos especialistas da ITOF (Fundo Internacional para Poluição dos Petroleiros), monitoramento aéreo e por navios na região e por meio de satélite”, informou. “Segundo especialistas do ITOF, ela possui diversas características, podendo ser nuvem, fenômeno da ressurgência no mar etc.”

O Ibama também divulgou uma nota descartando a possibilidade de ser óleo. O instituto disse que “a confirmação da veracidade da detecção remota dependerá sempre da inspeção do local da ocorrência por barcos ou aeronaves que possuam sensores específicos de identificação (laser e infravermelho)”, mas disse não acreditar ser o material. Segundo o órgão, foi feito sobrevoo com avião da Força Aérea Brasileira (FAB) e não seria necessário fazer coleta para análise. Já a Petrobrás disse, por meio de nota, que “não realiza nenhuma operação de exploração e produção de petróleo na área onde teria sido visualizada a mancha citada nos estudos da Ufal e da UFRJ.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 31/10/2019

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona

Título: Ao menos duas empresas desistem de participar de megaleilão do pré-sal

BP e Total ficam fora do certame, marcado para o dia 7; entre as outras 12 inscritas, mercado tem dúvida sobre presença das de menor porte
Rio de Janeiro Ao fim do prazo para o depósito de garantias para o megaleilão de áreas do pré-sal, ao menos 2 das 14 empresas inscritas anunciaram que estão fora da disputa, agendada para o dia 7.

A ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis) informou que não divulgará quantas continuam no páreo. A entrega das garantias de oferta é obrigatória para garantir presença no leilão.

Na terça (29), em teleconferência com analistas, a britânica BP disse que já havia comunicado à ANP sua desistência. A empresa segue os passos da francesa Total, que já anunciou no início do mês a decisão de não participar.

Na teleconferência de terça, diretor financeiro da BP Brian Gilvary, não explicou as razões da desistência. Em julho, porém, o presidente da companhia, Bob Dudley, havia dito que o leilão “parece muito caro”.

Em nota no início do mês, a Total alegou que o processo não lhe oferece a oportunidade de ser operadora, ou líder do consórcio responsável pelas áreas —embora a Petrobras tenha optado por liderar apenas duas das quatro áreas oferecidas.

No leilão, o governo oferecerá quatro descobertas já feitas pela Petrobras no pré-sal da bacia de Santos. A maior delas é a área de Búzios, hoje a principal produtora de petróleo do país, cujo bônus mínimo será de R\$ 68,2 bilhões.

A segunda maior, Sépia, tem bônus de R\$ 22,8 bilhões. O bônus mínimo de Atapu é R\$ 13,7 bilhões, e o de Itapu, R\$ 1,7 bilhões. A Petrobras anunciou que disputará Búzios e Itapu, o que garante ao governo uma arrecadação mínima de R\$ 70 bilhões.

Entre as outras 12 empresas inscritas, o mercado tem dúvidas sobre a participação daquelas de menor porte, como a colombiana Ecopetrol, a alemã Wintershall e a portuguesa Galp, diante do alto desembolso necessário para participar de consórcios.

Reunidas em evento no Rio nesta semana, as gigantes do setor preferiram não confirmar se estarão presentes, embora em geral tenham declarado que o Brasil está entre as prioridades em seus portfólios de investimentos.

Na abertura do evento, o **ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque**, chegou a dizer que “diversas empresas” apresentaram garantia. O diretor-geral da ANR Décio Oddone, disse que ao menos 70% da arrecadação está garantida com a participação da Petrobras.

Analistas dão como certa a participação da americana Exxon e da anglo-holandesa Shell, por exemplo. A também americana Chevron e a norueguesa Equinor têm tido presença ativa nos últimos leilões de petróleo realizados no país.

A grande dúvida no mercado é se haverá disputa pelas áreas ou se o alto investimento levará as empresas a se juntarem à Petrobras, que repetiu duas vezes nesta semana que entrará para ganhar na disputa pelas duas áreas.

Nos leilões do pré-sal, o bônus de assinatura é fixo e vence o consórcio ou empresa que se comprometer a entregar o maior volume de petróleo para o governo durante a vida útil dos projetos, após o desconto dos custos.

Além do desembolso inicial, as empresas terão de ressarcir a estatal por investimentos já feitos, em um valor estimado em até R\$ 120 bilhões, cuja forma de pagamento terá de ser negociada entre as partes.

O governo prometeu dividir a receita do leilão com estados e municípios, que dividirão, cada grupo, 15% da arrecadação. Por estar em frente às reservas, o Rio ficará com 3%.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 31/10/2019

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona

Título: Indústria do petróleo do Brasil vive grande ano apesar de vazamento, diz presidente da Petrobras

Rio de Janeiro O presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, disse nesta quarta-feira (30) que, apesar do vazamento que atinge as praias do Nordeste, 2019 é um ano excepcional para a indústria brasileira do petróleo.

Ele argumentou que a Petrobras atingiu seu recorde de produção e, na semana que vem, o governo realiza o maior leilão de petróleo da história do país, da cessão onerosa, com a oferta de quatro descobertas feitas pela estatal.

“Apesar do preço do petróleo relativamente baixo e do desastre ambiental provocado pelo vazamento de óleo venezuelano que danifica as belas praias do Nordeste, este é um grande ano para a indústria do petróleo no Brasil”, disse, em discurso em evento do setor no Rio.

As manchas de petróleo de origem desconhecida já atingiram um terço do litoral brasileiro, e o governo ainda não consegue estimar o fim da emergência. A Petrobras vem apoiando o governo no processo de limpeza das praias.

Os recordes de produção mencionados por Castello Branco foram obtidos no terceiro trimestre, quando a empresa conseguiu, pela primeira vez, manter sua produção acima de 3 milhões de barris por dia, em média, durante um mês inteiro.

O desempenho é resultado da instalação de novas plataformas no campo de Lula, o maior produtor do país, e Búzios, o segundo maior, ambos na bacia de Santos. Maior descoberta de petróleo do Brasil, este último é parte do leilão da cessão onerosa, que oferecerá ao mercado reservas excedentes aos 5 bilhões de barris que a Petrobras tem direito de explorar.

Em seu discurso, Castello Branco disse que a Petrobras certamente vai disputar as áreas de Búzios e Itapu e repetiu que a empresa entrará no leilão “para vencer”.

Mesmo se perder, porém, terá o direito de ficar no consórcio vencedor, já que

manifestou ao governo interesse pelas duas áreas, conforme previsto na legislação.

Na terça, o diretor-geral da ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis), Décio Oddone, afirmou que apenas o interesse da Petrobras já garante o sucesso do leilão, uma vez que a estatal pretende levar metade das áreas em oferta.

Se todas as áreas forem vendidas, o governo levantará R\$ 106 bilhões. No dia seguinte ao megaleilão, a ANP promove outra licitação, dessa vez com cinco áreas exploratórias do pré-sal.

Castello Branco disse que não vê, para os próximos 20 anos, pico de demanda de petróleo, apesar do crescimento de fontes renováveis. Ainda assim, afirmou que os tempos de petróleo a US\$ 100 por barril “pertencem à história”. NP

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 31/10/2019

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona

Título: Em SP, 40% do mercado de etanol é irregular, diz empresa

No Rio, percentual de produto sonegado ou adulterado alcança os 50%

Rio de Janeiro Após a pavimentação de estrada ligando o Rio a Minas Gerais, em 2015, moradores de Conservatória, distrito de Valença, na região sul fluminense, passaram a conviver com intenso tráfego de caminhões-tanque. Eles cruzavam o local quase sempre à noite, em comboios formados por quatro ou cinco veículos.

“Era muito caminhão”, diz Mauro Contrucci, presidente da Associação Comercial Rural e Turística do distrito turístico, conhecido a capital das serenatas. “Passavam em alta velocidade, causando grande incômodo aos moradores.”

O aumento do fluxo é fruto de uma nova estratégia de sonegação de impostos nas vendas de etanol, segmento considerado hoje o principal problema no mercado brasileiro de combustíveis. O setor estima que cerca de um terço das vendas no país sejam feitas por empresas com histórico de sonegação de impostos.

Estudo feito pela FGV para a Plural, empresa que concentra as grandes distribuidoras de combustíveis, estima que as perdas com sonegação nesse

setor tenham chegado a R\$ 4,8 bilhões em 2018. Considerando outros combustíveis, o valor sobe para R\$ 7,2 bilhões.

“O etanol hidratado é o vilão do problema de inadimplência e adulteração do país”, afirma o diretor da Plural Helvio Rebeschini.

Segundo a Plural, empresas com histórico de problemas tributários são responsáveis hoje por cerca de metade das vendas no Rio. Em São Paulo, o mercado irregular representaria 40% do consumo.

Além da sonegação, as distribuidoras acusam adulteração do produto, com adição de metanol ou de volumes de água maiores do que o permitido pela legislação.

As secretarias de Fazenda de São Paulo e do Rio questionam os números, mas admitem que a sonegação de impostos nas vendas de etanol é um problema. A Fazenda paulista diz que a diversificação no número de fornecedores facilita a sonegação, já que na gasolina os impostos são cobrados só da Petrobras.

Com a maior alíquota de ICMS sobre o etanol no Brasil, o Rio vem sendo invadido por produtos com suspeita de sonegação, já que a vantagem para fraudadores é maior. A alíquota é de 30%, mais 2% do fundo de pobreza, enquanto em São Paulo é de 12%.

A diferença faz com que distribuidoras comprem o produto para venda em postos paulistas ou mineiros, mas despejem no Rio com lucros maiores depois de entrar no estado por rotas alternativas, em uma estratégia que foi batizada pela Receita estadual de “Caminho das Índias”.

“Os comboios vêm por estradas menores ou de terra e têm até batedores para se antecipar à fiscalização”, diz o secretário de Fazenda do Rio, Luiz Cláudio Rodrigues de Carvalho. Desde o início do ano, a Receita estadual passou a realizar blitzes nas rotas do Caminho das Índias.

Com maior fiscalização por essas rotas, a Receita estadual apreendeu 1,6 milhão de litros de etanol irregular e autuou carretas com outros 4,5 milhões de litros neste ano. Foram cerca de 110 caminhões com irregularidades —de falta de nota fiscal a nota com destino a outro estado—, uma média de um a cada quase três dias.

O aumento da fiscalização reduziu o incômodo dos moradores de Conservatória, já que não passam tantos comboios como antes, diz Contrucci. Mas ainda assim as rotas alternativas continuam sendo um desafio para a Fazenda fluminense.

As apreensões e as autuações são mais concentradas em quatro distribuidoras. Duas delas, Paranapanema e Minuano, foram descredenciadas pela Secretaria de Fazenda e agora têm que pagar impostos por venda, em vez de esperar o fechamento do mês.

Elas são ligadas à usina Cana-brava, no norte fluminense no Rio, beneficiada por um programa que cobra apenas 2% de ICMS sobre a produção local de etanol. A suspeita é que estejam comprando produto em São Paulo e vendendo como se fosse produzido no Rio.

A Secretaria de Fazenda não informa o nome das outras, mas, segundo informações do mercado, seriam a Manguinhos e a 76 Oil, ligadas à Refit (antiga Manguinhos).

Em São Paulo, as fraudes também são concentradas em um grupo restrito de empresas, diz a Secretaria de Fazenda e Planejamento do estado. Em nota, a secretaria disse que “realiza continuamente atividades de fiscalização para bloquear a atividade de empresas com indícios de irregularidades”.

A Plural defende uniformização das alíquotas de etanol entre os estados para reduzir o incentivo à sonegação em operações interestaduais de venda do combustível.

Manguinhos e 76 Oil disseram que nunca tiveram produtos apreendidos pela Receita estadual e que refutam a acusação. A primeira disse que é “gravíssima a ilação” de que cometa crimes. A segunda chamou de “irresponsabilidade”.

As duas dizem que são vítimas desse tipo de crime e que os autores são conhecidos pelo mercado. A Folha não conseguiu contato com as distribuidoras descredenciadas e com a usina Canabrava.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 31/10/2019

Seção: Especial

Autor: João Valadares e João Pedro Pi tombo

Título: Sul da Bahia se torna principal destino do óleo

Recife e Salvador - O sul da Bahia transformou-se no epicentro da chegada do óleo no litoral nordestino. Desde o fim de semana, praias da região têm recebido um grande fluxo de óleo, com manchas de até 1 metro de comprimento.

Cidades como Ilhéus, Itacaré, Maraú, Una, Uruçuca e Ituberá estão entre as mais atingidas. Com praias isoladas, cercadas de áreas remanescentes de mata

atlântica e plantações de cacau, as cidades têm o turismo como uma das principais fontes de renda.

Na manhã de terça (29), o óleo chegou com maior intensidade a quatro praias de Ilhéus. A prefeitura recolheu 10 toneladas de petróleo.

No dia 19 de outubro, óleo fragmentado tinha sido avistado na praia de Olivença, praiano sul de Ilhéus bastante frequentada por turistas. Em Itacaré, que costuma atrair surfistas, o óleo chegou com mais intensidade na praia da Ribeira.

Na península de Maraú, as manchas chegaram na praia de Barra Grande e na praia de Taipu de Fora, que tem piscinas naturais na maré baixa. A praia de Ilha de Comandatuba, no município de Una, também foi atingida. A ilha abriga um dos principais resorts do sul da Bahia.

Cerca de duas toneladas de óleo foram retiradas da praia de Pratigi, que fica em uma região isolada do município de Ituberá. A região é procurada por turistas no Réveillon, quando acontece no local a festa Universo Paralelo, um dos maiores eventos de música eletrônica do país.

Na terça, o óleo chegou a região de Abrolhos, mas até o momento não foram registradas manchas no parque.

Autoridades afirmaram que há tendência de deslocamento do óleo para o sul da Bahia e que o monitoramento do Arquipélago de Abrolhos foi intensificado. Nesta quarta, o Ministério da Agricultura suspendeu a proibição a partir de novembro da pesca de lagostas e camarões no litoral nordestino. A proibição havia sido publicada na terça no Diário Oficial da União.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 31/10/2019

Seção: Especial

Autor: Gustavo Uribe

Título: Mourão diz que navio legal que ejetou combustível é provável culpado por óleo

Presidente interino afirmou que Jair Bolsonaro pode anunciar o responsável pelo desastre ambiental ainda nesta semana

Brasília - O presidente interino Hamilton Mourão afirmou que o presidente Jair Bolsonaro pode anunciar ainda nesta semana que navio causou o derramamento de óleo no litoral brasileiro.

O general da reserva se reuniu nesta quarta-feira (30) com o comandante da Marinha, Eduardo Bacellar. Após o encontro, disse que a investigação está na fase final.

Segundo ele, o governo brasileiro chegou a um número de 11 navios que podem ter derramado combustível no litoral nordestino.

O responsável pelo desastre, segundo Mourão, não estava com o transponder desligado. O equipamento informa aposição da embarcação.

“Tem que cobrar, tem que multar. Existe uma legislação do mar, existe um sistema de alerta em relação ao meio ambiente. Qualquer navio em que ocorra um acidente desta natureza tem que avisar. A legislação vai bater em cima dele”, afirmou.

Segundo Mourão, pelo que foi apurado, o navio responsável pelo derramamento não é ilegal e teria causado o incidente ao fazer uma ejeção de óleo para manter a estabilidade da embarcação.

“Eu acho que o cara fez uma ejeção deporão ali pela quantidade de óleo”, afirmou. “Se ele está com problema de flutuação, de balanço, aí ele tira um pouco de óleo para ter estabilidade”, acrescentou.

Mourão diz que foram recolhidos até o momento 2.500 toneladas de óleo e que um navio transporta cerca de 250 mil toneladas, o que representa um 1%.

Nesta quinta (31), Bolsonaro encerra viagem demais de dez dias pelo continente asiático.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 31/10/2019

Seção: Colunas

Autor: Joana Cunha

Título: Conexão

PAINEL S.A

Shell e Lubrax ganharam a categoria de óleo lubrificantes. “Adotamos uma abordagem mais digital e o prêmio sinaliza que isso faz sentido”, afirmou Luiz Eduardo Passos, gerente-geral da Shell Lubrificantes.

Futuro

Estações de carregamentos para carros elétricos, como as que existem em postos da rede na Europa, estão nos planos para o Brasil, de acordo com Passos.

Viagem

Gol e CVC levaram o prêmio de turismo. A CVC quer oferecer destinos com preços acessíveis para driblar a lenta retomada da economia, disse Lúcia Bittar, diretora de marketing.

Mar

Segundo a executiva da CVC, a companhia está ajudando a limpar as manchas de óleo das praias, financiando equipamentos e fornecendo transporte para voluntários.

com Filipe Oliveira e Mariana Grazini e colaborou Ricardo Ampudia

VEÍCULO: O Globo

Data: 31/10/2019

Seção: Economia

Autor: MAIÁ MENEZES E RAMONA ORDONEZ/RIAD E RIO

Título: Arábia Saudita convida Brasil para a Opep

No fim da viagem à Ásia e ao Oriente Médio, que atraiu compromisso de investimentos, Bolsonaro diz ter recebido proposta de príncipe para integrar o cartel dos maiores produtores de petróleo. Para especialistas, não haveria vantagem

Ao encerrar a viagem à Ásia e ao Oriente Médio, o presidente Jair Bolsonaro disse ontem que a Arábia Saudita convidou o Brasil a se juntar à Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep). A proposta, que reflete a crescente importância do país no mercado global de petróleo com as perspectivas do pré-sal, foi um dos efeitos econômicos do giro de dez dias por Japão, China, Emirados Árabes, Qatar e Arábia Saudita.

No último dia em Riad, capital saudita, Bolsonaro convidou investidores em um fórum a buscar projetos no Brasil em áreas como petróleo e infraestrutura. Ele disse ter recebido o convite para a Opep do príncipe herdeiro saudita Mohammed Bin Salman, a quem chamou de “irmão”..

Mas o ganho mais concreto da visita foi a disposição do governo saudita, manifestada pelo príncipe, de investir até US\$ 10 bilhões de um de seus fundos soberanos em projetos no Brasil. Bolsonaro pediu mais espaço para as exportações de carnes do Brasil, enquanto a brasileira BRF anunciou a

construção de uma fábrica de processados de frango de US\$ 120 milhões naquele país. Bolsonaro ainda esteve como rei Abdullah 11 para assinar acordos na área de defesa e de facilitação de vistos.

A simplificação de vistos também esteve na agenda de Bolsonaro com o líder chinês Xi Jinping. Em Pequim, os dois assinaram acordos e memorandos de entendimentos nas áreas de ciência e tecnologia, educação, comércio, energia e agricultura. Bolsonaro demonstrou que pretende manter uma relação pragmática com a China, principal parceiro comercial do Brasil.

O presidente convidou investidores chineses a participar dos próximos leilões de áreas de petróleo, privatizações e concessões de infraestrutura no Brasil. Fez apelo semelhante em encontros com empresários no Japão, Emirados Árabes e Qatar.

Sobre o convite para a Opep, disse que precisaria consultar os ministros da Economia, Paulo Guedes, e de **Minas e Energia, Bento Albuquerque**, mas admitiu interesse:

— Particularmente, gostaríamos que integrássemos a Opep. Temos reservas de óleo maiores que alguns países que já integram.

Com 3,1 milhões de barris produzidos por dia em agosto, o Brasil poderia se tornar o terceiro maior produtor da Opep, depois de Arábia Saudita e Iraque. Acrescente produção brasileira é um fator que dificulta o esforço da organização —um cartel integrado por 14 países formalizado em 1960 —para manter o preço internacional do petróleo no atual patamar, assim como a produção de óleo não-convencional nos EUA.

A Venezuela integra a Opep. O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva chegou a manifestar interesse numa entrada do Brasil, mas isso não se concretizou mesmo após um convite formal do Irã, em 2008.

Para especialistas ouvidos pelo GLOBO, o ingresso na Opep não seria vantajoso no momento em que o país busca acelerar a produção de petróleo. Isso porque o cartel fixa cotas para seus países membros, limitando a produção para manter o preço internacional.

—Hoje, a Opep tem cerca de um terço da produção mundial, não tem mais o prestígio que tinha no passado. E o Brasil não pode se sujeitar às cotas

— diz o ex-diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP) David Zylbersztajn.

Para Edmar Almeida do Instituto de Economia da UFRJ, a entrada na Opep tiraria a autonomia da política energética brasileira e seria incompatível com a estratégia do Brasil de entrada na OCDE. Adriano Pires, do Centro Brasileiro de Infraestrutura, concorda:

—Zero de vantagem. (*Enviada especial **Com agências internacionais)

VEÍCULO: O Globo

Data: 31/10/2019

Seção: Editorial

Autor:

Título: Combate ao vazamento de óleo no Nordeste expõe sucessão de falhas

Maior desastre na costa brasileira ocorre na esteira do desmantelamento de órgãos ambientais

Faz dois meses que as primeiras manchas de óleo, assemelhadas a piche, começaram a aparecer no litoral da Paraíba. Nestes 60 dias, a poluição avançou significativamente, atingindo pelo menos 268 localidades em 92 municípios dos nove estados do Nordeste. Por outro lado, o governo avançou pouquíssimo. Até hoje não se tem resposta para perguntas básicas, como o que aconteceu, onde, quem foi o responsável e quanto tempo a população ainda terá de conviver com os efeitos do vazamento, que já é considerado o maior desastre ambiental da costa brasileira.

Não deveria surpreender, considerando a pouca importância dada ao meio ambiente pelo governo de Jair Bolsonaro. Posição, aliás, esboçada desde antes da posse, quando cogitou fundir o Ministério do Meio Ambiente com o da Agricultura, decisão da qual recuou. Ou quando condenou a fiscalização do Ibama e do ICMBio, prometendo acabar com a “festa das multas”, declaração que soou como sinal verde para as motosserras. Já na Presidência, promoveu o desmonte dos órgãos ambientais e desqualificou dados científicos sobre desmatamento na Amazônia divulgados pelo Inpe.

A letargia no episódio das manchas é mais um capítulo nessa relação de descaso com o meio ambiente. O governo levou mais de um mês para agir. Foi em 5 de outubro que o Diário Oficial da União publicou decisão de Bolsonaro determinando a criação de uma força-tarefa para investigar o vazamento e combater seus efeitos. Somente no dia 11 definiu-se que a Marinha seria a coordenadora do Plano de Contingência.

Mesmo quando age, o governo o faz de forma errática, tal qual o movimento do óleo. Como mostrou reportagem do GLOBO, o próprio Ibama apontou uma série de falhas e improvisos no enfrentamento do desastre. Um dos problemas citados

é o silêncio imposto pelo Ministério do Meio Ambiente ao Ibama, impedido de se comunicar com a imprensa mesmo em situações de emergência. Isso teria perdurado por 33 dias. Outros obstáculos foram a demora para acionar o Plano Nacional de Contingência, a falta de protocolos e o déficit de pessoal.

Os desacertos são muitos. Uma nota técnica enviada em abril à Secretaria de Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente alertou que a extinção de três comitês poderia fragilizar a reação diante de incidentes de poluição por óleo. Mas foi ignorada.

Não se sabe até quando o óleo continuará chegando às praias. Nem se atingirá outras regiões — ele ainda pode alcançar o Sudeste. Os danos estão aí, e são incalculáveis. Mas é preciso que o governo tire lições do desastre. Para não repetir os mesmos erros. Desconhece-se o que aconteceu, mas nada garante que não possa ocorrer de novo.

VEÍCULO: O Globo

Data: 31/10/2019

Seção: Sociedade

Autor: RIO E BRASILIA

Título: Marinha nega mapeamentos de óleo feitos por universidades

Mourão afirma que governo pode revelar responsável por vazamentos ainda esta semana; segundo grupo de trabalho, todas as praias de quatro estados estão limpas

A caça pela origem do vazamento de óleo e a identificação das manchas que chegam às praias do Nordeste provocaram um conflito entre a academia e o governo federal. A Marinha e o Ibama negaram ontem a existência de manchas identificadas próximo ao sul da Bahia por análises independentes da UFRJ e da Universidade Federal do Alagoas (Ufal).

Enquanto isso, o governo busca dar boas notícias. O presidente em exercício, Hamilton Mourão, afirmou ontem que há uma “boa chance” de que o presidente Jair Bolsonaro anuncie “ainda esta semana” o navio responsável pelo derramamento de óleo. A investigação da Marinha está atualmente focada em dez embarcações.

Os levantamentos das universidades do Rio e de Alagoas foram baseados em imagens de satélite e observando propriedades físicas da substância presente na superfície do mar. A Marinha foi à região apontada pelo estudo da UFRJ — divulgado ontem pelo GLOBO — e, após quatro avaliações, negou que a mancha fosse de óleo.

Ontem, pesquisadores da Ufal ampliaram a suspeita sobre a costa sul da Bahia, indicando o que seria uma mancha de óleo, de 55 km de extensão e seis km de largura, a menos de 60 km do litoral. Para o Laboratório de Análise e Processamento de Imagens de Satélite (Lapis), a extensão da mancha proporcionaria levantar hipóteses de que a poluição teria sido causada por um vazamento de minas de petróleo.

— Há dois meses fazemos um levantamento das manchas e pesquisamos fatores como a topografia do fundo do oceano e os abalos sísmicos, que poderiam comprometer a conclusão do estudo. E constatamos que, de fato, o que vimos é uma mancha de óleo —assegura o meteorologista Humberto Barbosa, coordenador do Lapis.

PRÉ-SAL

A Marinha negou que o material identificado pela Ufal fosse óleo. E até o pré-sal foi citado, em tese, como um possível culpado pelas manchas de óleo, pelo diretor de Proteção Ambiental do Ibama, Olivaldi Alves Borges Oliveira.

Em depoimento ontem na Comissão de Meio Ambiente da Câmara dos Deputados, Olivaldi revelou que “uma das maiores autoridades no mundo, que é a Petrobras, diz que há muito que se analisar ainda em relação a petróleo de pré-sal. Então, a gente não pode descartar isso”. Em seguida, porém, acrescentou que os laudos mostram que a substância “têm característica de óleo venezuelano”.

Já a Petrobras ressaltou que “os biomarcadores das amostras de óleo recolhidas no Nordeste não possuem características compatíveis com os óleos provenientes de reservas do pré-sal”.

Também ontem, o Grupo de Avaliação e Acompanhamento (GAA), formado por Marinha, Ibama e Agência Nacional de Petróleo (ANP), informou que já recolheu mais de 2 mil toneladas de resíduos de óleos no litoral nordestino. Ainda segundo o GAA, todas as praias do Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Paraíba estão limpas.

Os estragos ao meio ambiente, porém, são visíveis. O GLOBO teve acesso ao laudo de necrópsia de uma tartaruga-oliva encontrada em Jericoacoara, no Ceará, na manhã de 24 de setembro. O petróleo penetrou a carcaça, atingindo a

traqueia, o esôfago e o intestino do animal, misturando-se às suas fezes. De sua contaminação à morte, passaram-se apenas dez dias.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 31/10/2019

Seção: Brasil

Autor: Maria Eduarda Cardin/Rodolfo Costa/Catarina Loiola

Título: Investigação agora abrange dez navios

O estrago provocado pelo vazamento de petróleo nas praias nordestinas completou dois meses ontem sem que o governo federal tenha alguma previsão sobre quando a substância vai deixar de se espalhar. A origem tampouco foi identificada, mas a Marinha divulgou ontem um avanço nas investigações. Foram reduzidos de 30 para 10 o número de navios investigados, ou seja, aqueles com potencial para ter originado o vazamento de óleo que atinge a costa nordestina.

As suspeitas em relação a “dark ships”, os chamados navios fantasmas, não estão descartadas, reiterou o comandante da Força, Ilques Barbosa Júnior, após reunião com o presidente em exercício, Hamilton Mourão. As suspeitas indicam que o derrame tenha origem de alguma embarcação que navegava pela costa do país. Outra informação aponta para o vazamento de óleos de campos venezuelanos, confirmou Ilques. O comandante da Marinha, no entanto, evitou cravar a participação do governo venezuelano ou de alguma empresa do país na ocorrência.

“Essa é uma informação que faz parte do inquérito. Nesse momento, vamos ficar com informação da origem da Venezuela. Seria uma ilação perigosa e antiética envolver o governo da Venezuela nesse tipo de atividade, mesmo que uma simples ilação. Não é correto falar isso”, disse. O comandante frisou, contudo, que nenhuma linha de investigação está descartada.

“De momento, vamos abrir inquérito no âmbito da Marinha e da Polícia Federal, que interagem. Não posso dizer que essa linha, o ‘dark ship’, foi abandonada ou não foi. Estamos com amplo espectro, como um navio mercante que passou pela nossa costa”, destacou. A possibilidade de ser um navio que tenha desligado o sistema de identificação na costa brasileira, tornando-se um “navio fantasma”, está entre as avaliações.

Uma mancha de óleo na Bahia também está sob investigação. Pesquisadores da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e da Universidade Federal de Alagoas (Ufal) identificaram uma mancha característica de óleo no sul do estado. Ilques explica que essa mancha foi investigada na última terça. “Foi

vista por satélite, com apoio da nossa Força Aérea, que enviou, em coordenação com nosso distrito naval, uma aeronave lá. E enviou uma outra aeronave hoje. Posicionamos navios, deslocamos, com apoio da Petrobras, outro navio por conta dessa mancha específica, mas, até o momento, ela não foi confirmada. Não quer dizer que não exista. Estamos buscando com a maior atenção”, explicou.

Em nota, a Marinha negou a existência de óleo no mar, próximo à costa da Bahia. Segundo o órgão, para confirmar a existência da mancha, quatro avaliações foram feitas. Uma consulta aos especialistas da Federação Internacional de Poluição por Petroleiros (ITOF), um monitoramento aéreo, outro por meio de navios na região e mais um por meio de satélite. “Em relação à possível mancha que estaria avançando pelo mar da Bahia, informamos que não se trata de óleo. Segundo especialistas do ITOF, ela possui diversas características, podendo ser nuvem, fenômeno da ressurgência no mar etc.”

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 31/10/2019

Seção: Brasil

Autor: Maria Eduarda Cardin/Rodolfo Costa/Catarina Loiola

Título: Pré-sal não está descartado

O diretor de Proteção Ambiental do Ibama, Olivaldi Azevedo, disse ontem que não está descartada a possibilidade do vazamento de óleo no Nordeste estar relacionado à exploração do pré-sal. “Uma das maiores autoridades nesse assunto, que é a Petrobras, diz que há muito que se analisar ainda em relação a petróleo de pré-sal. Então, a gente não pode descartar isso. Não há como descartar isso”, disse, ao responder ao questionamento do deputado Daniel Coelho (Cidadania-PE), em audiência pública na Comissão de Meio Ambiente da Câmara dos Deputados.

“Veja bem, os laudos dizem que tem característica de óleo venezuelano. Quando eu digo que possa ser do pré-sal, é que, tecnicamente, eu não posso descartar isso”, completou. É a primeira vez que alguém do governo abre essa possibilidade. As declarações oficiais anteriores são de que o óleo é proveniente de três poços localizados na Venezuela, baseado em um relatório da Petrobras, que alega que o petróleo cru possui “assinatura” venezuelana. Ou seja, só é extraído naquele país. O governo de Nicolás Maduro negou a ligação com a origem do desastre.

Azevedo negou que tenha havido omissão por parte do governo federal ao lidar com o vazamento e argumentou que desde o dia 2 de setembro os órgãos têm

atuado. “Eu tenho absoluta tranquilidade em dizer que os órgãos ambientais, Ibama, ICMBio e os estados, além da Marinha e da Agência Nacional do Petróleo (APN), estão fazendo o que é para ser feito neste momento”, disse.

Fiscalização

A Câmara dos Deputados se movimenta para buscar respostas ao desastre ambiental e vê lentidão no governo federal. Ontem, foi aprovada a criação de Proposta de Fiscalização e Controle, que funciona como uma proposição legislativa para apurar irregularidades no âmbito da administração pública. Um dos objetivos é analisar as ações do Plano Nacional de Contingência.

O parecer aprovado, de autoria do deputado Daniel Coelho (Cidadania-PE), prevê uma auditoria operacional dos atos do Ministério do Meio Ambiente relacionados ao desastre ecológico. A auditoria seria feita pelo Tribunal de Contas. Os resultados serão apresentados aos integrantes da pasta para adequar a prevenção e a gestão de desastres. O autor da proposta, deputado Célio Studart (PV-CE), acredita que o projeto aprovado na Comissão do Meio Ambiente é essencial. “É imprescindível e urgente. Não vamos fazer dessa proposta um palco de disputa ideológica, mas vamos buscar a verdade para solucionar esse grave problema de proporções inéditas”, ressaltou.

MME / ASCOM .